



BPI – Biblioteca Pública Independente

www.bpi.socialismolibertario.com.br

MAL-BH – Movimento Anarquista Libertário

www.socialismolibertario.com.br

AS GREVES E O GOVERNO DILMA

FARJ

Libera #151, Agosto/Setembro/Outubro de 2011

O governo Dilma Rousseff, afinal, já mostra a que veio. Em artigo publicado no diário Folha de São Paulo (10 de outubro de 2011), os jornalistas responsáveis pela matéria elencam diversas opiniões sobre a posição do governo em relação às inúmeras greves no serviço público federal.

Segundo a chamada que serve de introdução ao texto, a presidenta: “determina firmeza nas negociações”, prevendo inclusive o corte no ponto dos grevistas que, ainda segundo as fontes governistas, “insistem em fazer greve” em uma conjuntura internacional das mais adversas. Para as autoridades executivas o movimento grevista coloca em risco a política de ajuste fiscal e colabora para a concretização de um cenário de inflação no ano que vem. Perspectiva tanto mais ameaçadora uma vez que o governo adiciona à sua análise o fato de estarmos passando por uma conjuntura econômica restritiva, com desaceleração da produção e possível “contaminação doméstica” da crise internacional. Para reforço de tal tese, os órgãos oficiais divulgam que os índices do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) teriam alcançado 7,31%, como resultado dos últimos 12 meses. Dado para compor o quadro do apocalipse petista para 2012.

Com tais argumentos, fornecidos pelas “condições objetivas”, no julgamento das forças governistas, é perfeitamente cabível a medida extrema do corte de ponto dos grevistas, tanto mais por estarem as categorias em greve, supostamente, colaborando para a efetivação do pior cenário relativo à economia nacional. Sobre este tema teria se pronunciado o ministro das Comunicações, ex-chefe do Planejamento, Paulo Bernardo: “Se você vê uma tempestade se formar no céu, não pode sair à rua de bermuda e camiseta. Tem que ter um guarda-chuva”. Raciocínio que mostra a determinação do governo em, a despeito da história de lutas da classe trabalhadora, transformar os sindicatos em hastes passivas para o referido guarda-chuva. Ou antes, reduzir tais entidades de classe a meros sustentáculos da política de governo, ditando desde já a pertinência ou não de suas reivindicações.

Essa nova relação entre governo e entidades de classe, entretanto, não é apenas fruto de fatores econômicos ou da mudança do staff nos vários escalões da burocracia governamental. Sindicatos e centrais viveram nos últimos 8 anos o que se pode chamar de um novo boom da atividade reivindicatória e grevista, se compararmos aos anos do governo FHC. Tal crescimento, entretanto, veio atrelado a uma grande onda de cooptação de lideranças que passaram a exercer cargos e a freqüentar gabinetes. O sindicalismo combativo foi pouco a pouco se moldando à lógica das mesas de negociações, cada vez mais burocratizadas e surdas ao clamor dos trabalhadores das bases. Daí o claro recado transmitido pelo secretário do Ministério do Planejamento, Durvanier Paiva – “não recebemos sindicato em greve” – poder ser entendido como emblemático desse descolamento, na visão governista, entre sindicato e base.

Acostumados à suposta interlocução permanente, as entidades classistas começam a dar sinais de terem esquecido o papel das lideranças na condução dos movimentos reivindicatórios. Diante da negativa do governo ou até mesmo da total indiferença as suas demandas, sindicatos e centrais têm dispersado as categorias da luta,

demonstrando pouca ou nenhuma disposição de atuar de forma mais incisiva e menos diplomática.

Tal promiscuidade, cujo resultado se estende para além da evidente postura de capitulação, até de centrais autoproclamadas “combativas”, como a CSP-CONLUTAS, oportuniza a descaracterização inclusive do quadro político habitual. Uma nova circunstância que, ainda com maiores ambigüidades, se apresenta para aumentar o fôlego do projeto petista, iniciadpo com maior definição a partir de 2002. Setores sindicais notoriamente governistas como a CUT, na figura de seu presidente Artur Henrique, defendem, ainda que por imposição de suas bases, a pertinência de uma onda grevista neste momento (Correios, bancários, petroleiros etc). Afirmam não apenas a justeza das reivindicações, como também, a oportunidade da deflagração do movimento paredista. Alguns dentro da CUT, para estigmatizar o atual governo, já entoam a palavra de ordem “Volta Lula” com o claro propósito de impedir que o desgaste de Dilma se estenda ao ex-presidente. No entanto, não são poucas as queixas de trabalhadores de várias categorias quanto à atuação das direções sindicais ligadas à Central Única dos Trabalhadores na condução de seus movimentos grevistas.

Se assim se mantiver a posição dos ministérios, principalmente do Planejamento e Fazenda, e da própria presidência, não fica difícil imaginar que o governo Dilma, quando estiver próximo o seu final, terá representado para o consulado petista uma “descontinuidade”, um desvio, passível de correção com a volta de Lula.

Seriam assim, os quatro anos de Dilma, *mutatis mutandis*, um equivalente diminuto aos oito anos de FHC. Um período que, confirmada essa hipótese, terá se caracterizado pelo reforço da pauta neo-liberal na agenda do governo. Um quadro geral de alternância que, não apenas pode garantir o retorno triunfal de Lula, na pior tradição personalista, como ainda, manter as ambigüidades deste fenômeno político que é o populismo petista no Brasil.

O certo é que, para os trabalhadores, a única alternativa é a luta organizada a partir das bases, pautada não pela lógica deste ou daquele governo, mas pelas necessidades das categorias e pela construção de uma nova forma de organização social. Às entidades de classe, o momento se apresenta como desafio a reencontrar nas ruas, nas fábricas, nas escolas e não nos gabinetes, o espírito de luta daqueles precursores da organização dos trabalhadores no Brasil, que muito antes de Lula, PT e CUT, construíram a história da luta de classes neste país.